

A água no futuro do Estado



Marilene Ramos

A água, como recurso estratégico para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, está ameaçada tanto em termos de quantidade como de qualidade.

A crescente escassez e degradação dos recursos hídricos no Estado, como de resto em grande parte do Brasil, são frutos de um padrão de desenvolvimento insustentável.

Este desenvolvimento é caracterizado pela sobre-exploração das águas, pela falta de tratamento e disposição adequada de grandes volumes de esgoto e lixo gerados diariamente e pelo desmatamento e erosão dos solos.

Os cenários de desenvolvimento para o Espírito Santo apontam para uma intensificação das atividades econômicas e para o crescimento da população urbana, que em 2025 deverá chegar a mais de quatro milhões de habitantes.

A concretização destes cenários sem planejamento e infra-estrutura adequada intensificará a pressão sobre os recursos hídricos, levando ao agravamento da situação atual.

O Estado, apesar de contar com rios de porte como o Doce, apresenta regiões com acentuada escassez natural, já com características de semi-árido.

Nos extremos Norte e Sul, nas bacias do Itaúnas e do Itabapoana, a crescente escassez de água pode restringir o desenvolvimento econômico e social regional, se este não for planejado para a realidade local.

Além da alocação adequada dos recursos escassos, outro desafio que se coloca para o Estado é a garantia da qualidade da água. As bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, que abastecem 47% da população da Região Metropolitana de Vitória, encontram-se intensamente poluídas, reduzindo a qualidade da água para o uso humano.

A degradação da água é fruto da intensa ocupação do solo e da poluição pelo esgo-

to mal tratado e pelo lixo mal disposto. A ocupação das áreas de mananciais e das margens dos rios, o desflorestamento e a impermeabilização do solo poluem e assoream os rios e praias.

Universalizar os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto e lixo é essencial não só para a melhoria da qualidade de vida da população, mas também para garantir água para o futuro.

A disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos e industriais é uma grande fonte de poluição e degradação da água. Os esforços governamentais devem ser dirigidos para o investimento no setor de

saneamento e nas políticas públicas que incentivem os usuários a tratar seus efluentes e usar a água com racionalidade.

Olhando para países que conseguiram reverter em 20 ou 30 anos o

quadro de degradação de suas águas, a receita é a mesma: investimentos persistentes no saneamento, pulso forte do poder público no controle do uso da água e do solo e o envolvimento da sociedade na gestão e no cuidado com as águas.

Reforçar o Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) e implantar uma rede de comitês de bacia no Estado tem que estar entre as políticas prioritárias para levar o Espírito Santo a trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável com garantia de água para todos.

A garantia de água para abastecimento público, de água para irrigação e de água para as atividades industriais dependerá do sucesso dessas ações.

Marilene Ramos é doutora em Engenharia Ambiental e coordenadora do Núcleo de Águas do Centro Internacional de Desenvolvimento Sustentável

“... a crescente escassez de água pode restringir o desenvolvimento”